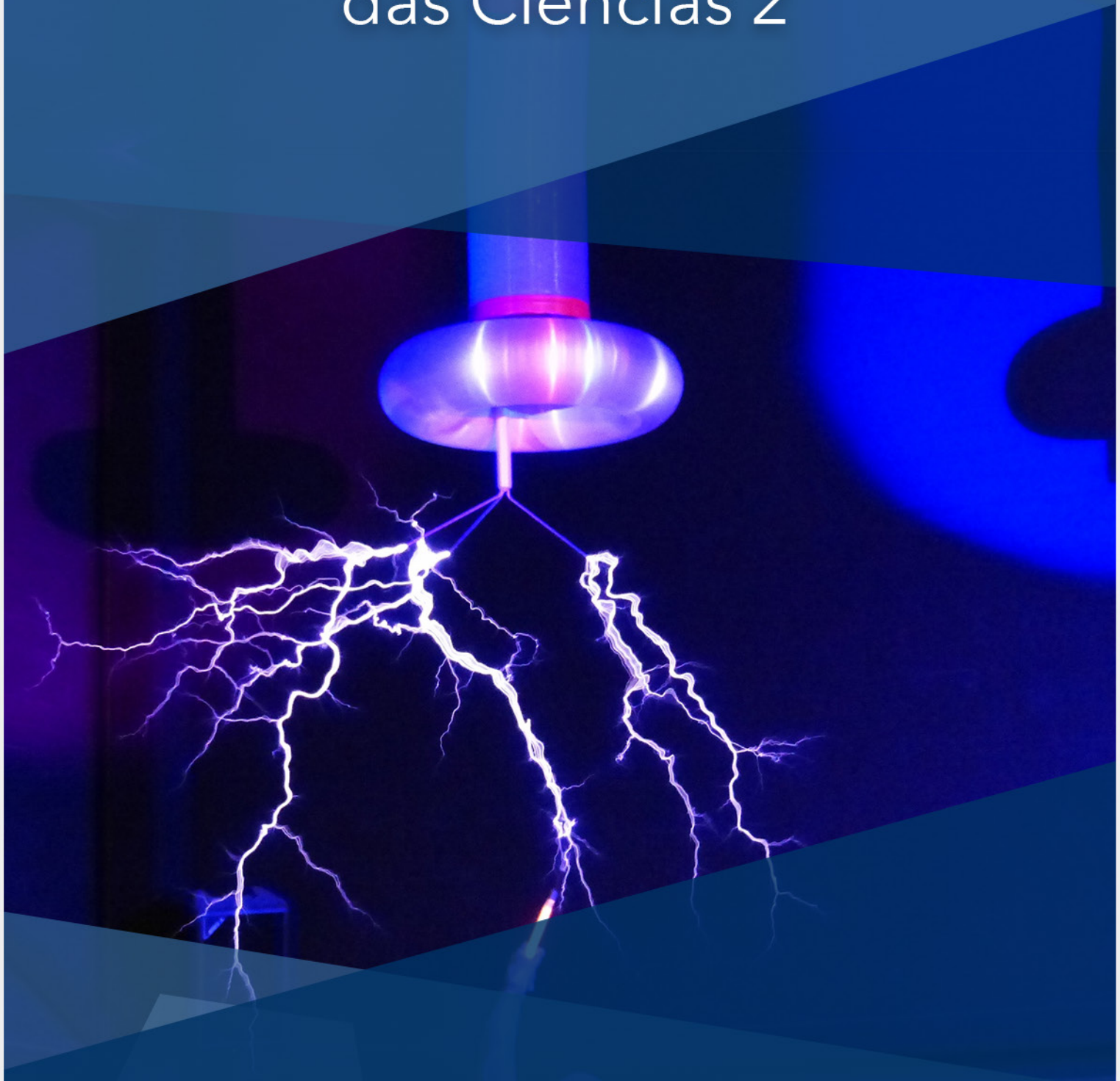


Princípios e Fundamentos das Ciências 2



 Editora
Atena
Ano 2018

Atena Editora

**Princípios e Fundamentos
das Ciências 2**

Atena Editora
2018

2018 by Atena Editora

Copyright © da Atena Editora

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Edição de Arte e Capa: Geraldo Alves

Revisão: Os autores

Conselho Editorial

Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Profª Drª Deusilene Souza Vieira Dall’Acqua – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionale delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)

P954 Princípios e fundamentos das ciências 2 [recurso eletrônico] /
Organização Atena Editora. – Ponta Grossa (PR): Atena Editora,
2018.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-85-85107-01-7

DOI 10.22533/at.ed.017181407

1. Ciência – Estudo e ensino. 2. Educação – Ciências. 3. Prática
de ensino. 4. Professores e alunos. I. Título.

CDD 507

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

O conteúdo do livro e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores.

2018

Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

www.atenaeditora.com.br

E-mail: contato@atenaeditora.com.br

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
A EQUIPE MULTIPROFISSIONAL NA PROMOÇÃO DO ENVELHECIMENTO SAUDÁVEL NA ATENÇÃO PRIMARIA: UMA REVISÃO INTEGRATIVA	
<i>Jessica de Oliveira Santos</i> <i>Afonso Ferreira Lima Neto</i> <i>Ayslan Santos Sousa</i> <i>Adriana da Sé Buery</i> <i>Cibele Meneses Poderoso</i> <i>Juliana Oliveira Musse</i>	
CAPÍTULO 2	9
A IMPORTÂNCIA DOS INSTRUMENTOS DE PARTICIPAÇÃO SOCIAL NA CONSOLIDAÇÃO DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE BRASILEIRO: REVISÃO INTEGRATIVA	
<i>Geziel Castor da Silva</i> <i>Shirley Antas de Lima</i> <i>Josefa Danielma Lopes Ferreira</i> <i>Carla Lidiane Jácome de Lira</i> <i>Girlene Moreno Albuquerque</i> <i>Kamila Kamila Silva Câmara Vilar</i>	
CAPÍTULO 3	23
ANÁLISE DA QUALIDADE DA ESTRUTURA FÍSICA DE UNIDADES DE ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO DA CIDADE DE ARACAJU – SE	
<i>Maciele da Cruz Tavares</i> <i>Thaynara Priscila dos Santos</i> <i>Janaína Alves da Cruz</i> <i>Rodolfo De Jesus Filho</i> <i>Cynthia Barbosa Albuquerque dos Santos</i>	
CAPÍTULO 4	32
ANÁLISE DO PERFIL DOS ESTUDANTES DO CURSO DE ENGENHARIA CIVIL DO IFPB – CAMPUS CAJAZEIRAS: EXPECTATIVA DE ATUAÇÃO PROFISSIONAL	
<i>Paulena Araújo Santana</i> <i>Francisco Felipe Pedrosa Bezerra</i> <i>Robson de Arruda dos Santos</i> <i>Francisco Alyson Vieira Braga</i>	
CAPÍTULO 5	40
AVALIAÇÃO DO CRESCIMENTO FÍSICO NA ESCOLA COMO FORMA DE INTERVENÇÃO PARA MELHORAR OS NÍVEIS DE APTIDÃO FÍSICA RELACIONADOS À SAÚDE	
<i>Alysson da Rocha Silva</i> <i>Tiago Rodrigo Alves Nunes</i> <i>Cleber Mena Leão Junior</i>	
CAPÍTULO 6	48
AVALIAÇÃO DO TEMPO DE JEJUM PARA EXAMES EM PACIENTES DESNUTRIDOS HOSPITALIZADOS	
<i>Rebeca Rocha de Almeida,</i> <i>Márcia Ferreira Cândido de Souza</i> <i>Larissa Monteiro Costa</i>	
CAPÍTULO 7	58
ESTADO NUTRICIONAL E PREVALÊNCIA DE DOENÇAS CRÔNICAS NÃO-TRANSMISSÍVEIS EM MULHERES NA FASE DA MENOPAUSA	
<i>Mônica Karoline Barreto Souza</i>	

Márcia Ferreira Cândido de Souza
Maryze Valéria Dantas Lima
Suellen de Melo Dantas

CAPÍTULO 8 68

INDICADORES ANTROPOMÉTRICOS E BIOQUÍMICOS DE RISCO PARA DOENÇAS CRÔNICAS EM PACIENTES ATIVOS E INATIVOS

Ticiane Clair Remacre Munareto Lima
Larissa Marina Santana Mendonça de Oliveira
Márcia Ferreira Cândido de Souza

CAPÍTULO 9 77

O ENSINO DE CIÊNCIAS EM TEMPOS LÍQUIDOS: O FACEBOOK COMO POSSIBILIDADE DE ESPAÇO E FERRAMENTA DE APRENDIZAGEM

Amanda Valle de Almeida Paiva

CAPÍTULO 10 86

O USO DA TECNOLOGIA NA CONSTRUÇÃO CIVIL: PERSPECTIVAS PARA O MUNICÍPIO DE BREVES, ILHA DE MARAJÓ-PA

Rosiele Moraes da Silva
Fernando Moraes Sanches
Ana Priscila Farias Magalhães
Bruno Diego Fernandes Pereira

CAPÍTULO 11 92

OS IMPACTOS DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO NA EDUCAÇÃO

Edyfran de Medeiros Fernandes
Maurício Rabello Silva
Victor André Pinho de Oliveira

CAPÍTULO 12 97

PREVALÊNCIA DE EXCESSO DE PESO EM PACIENTES COM TUMORES HIPOFISÁRIOS

Josiane Rodrigues de Barros
Anne Karoline de Souza Oliveira
Evelyn Oliveira Machado

CAPÍTULO 13 104

PRINCIPAIS MECANISMOS E LESÕES EM JOGADORES DE BASQUETEBOL

Andrêssa Nascimento de Oliveira
Madson Rodrigo Silva Bezerra
Leandro Barbosa Maciel
Davi Rocha Barbosa
Márcio Chauã Silva

SOBRE OS AUTORES..... 106

A IMPORTÂNCIA DOS INSTRUMENTOS DE PARTICIPAÇÃO SOCIAL NA CONSOLIDAÇÃO DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE BRASILEIRO: REVISÃO INTEGRATIVA

Geziel Castor da Silva
Faculdade UNINASSAU

Shirley Antas de Lima
Faculdade UNINASSAU

Josefa Danielma Lopes Ferreira
Universidade Federal da Paraíba

Carla Lidiane Jácome de Lira
Universidade Federal da Paraíba

Girlene Moreno Albuquerque
Faculdade UNINASSAU

Kamila Kamila Silva Câmara Vilar
Faculdade UNINASSAU

RESUMO - Objetivo: identificar nas produções científicas instrumentos que possibilitem a efetivação da participação social na formulação, fiscalização e avaliação das políticas de saúde pública e suas contribuições na consolidação do SUS. **Metodologia:** Trata-se de uma revisão integrativa, a qual possibilita identificar, analisar e sintetizar resultados obtidos através da pesquisa de estudos já existentes inseridos mediante critérios de inclusão e exclusão. Foram inicialmente levantados 167 artigos, que após serem submetidos aos já citados critérios, leitura dos títulos, resumos e análise na íntegra, vieram a restar 12 artigos os quais compuseram a amostra deste. **Resultados:** As publicações selecionadas foram agrupadas em três categorias temáticas: A participação social como base para a

otimização do SUS, os conselhos de saúde como instrumentos de controle social e A influência das conferências de saúde na formulação de políticas. **Conclusão:** A análise do referido estudo, demonstra a importância da participação social na consolidação do SUS e identifica os principais espaços destinados a essa finalidade visando difundir os conhecimentos acerca da temática abordada.

Descritores: Participação Social, Sistema Único de Saúde, Conselhos de Saúde e Conferências de Saúde.

Objective: to identify in the scientific productions the instruments that enable the effective participation of the public in the formulation, monitoring and evaluation of public health policies and their contributions in the consolidation of SUS. **Methodology:** this is an integrative review, which makes it possible to identify, analyze and synthesize results obtained through the research of already existing studies inserted through inclusion and exclusion criteria. 167 articles were initially collected, which, after being submitted to the aforementioned criteria, have been read their titles and summaries; analyzing per complete remained 12 articles for compose the sample. **Results:** The selected publications were grouped into three thematic categories: Social participation as a basis for SUS optimization, Health councils as instruments of social control and the influence

of health conferences on policy formulation. **Conclusion:** The analysis of this study demonstrates the importance of social participation in the consolidation of the SUS and identifies the main spaces for this purpose in order to disseminate the knowledge about the subject matter.

Keywords: Social Participation, Unified Health System, Health Councils and Health Conferences.

1 | INTRODUÇÃO

A participação social na elaboração de políticas públicas relativas a questões voltadas a saúde dos brasileiros, institui um dos princípios norteadores do modelo assistencial em saúde pública adotado no Brasil. A legislação atual vigente engloba esse princípio como norma advinda da nossa carta magna que vigora como uma das bases do Sistema Único de Saúde do país, sendo implementada em duas vertentes deliberativas destacadas como principais espaços de participação e controle social na saúde, que são: os conselhos e as conferências de saúde nas três esferas públicas de governo (MULLER; ARTMANN, 2014).

O Sistema Único de Saúde (SUS) caracterizou-se por ser a primeira política pública no Brasil a legitimar o parâmetro constitucional da participação popular como princípio norteador. Tal fato se deu com o advento da lei 8.080/90 e evidencia o compromisso desta política com o controle social exercido nas práticas adotadas nos serviços de atenção à saúde, como, por conseguinte, também torna possível a formação de espaços participativos como os já citados neste (ROLIM et al., 2013; BRASIL, 1990).

As conferências e conselhos de saúde foram instituídos como instâncias colegiadas na lei 8.142/90, a qual dispõe sobre o princípio da participação da comunidade na gestão do SUS e estabelece que as conferências de saúde têm por objetivo avaliar a situação da assistência em saúde propondo diretrizes para a política concernente contando com a representação dos vários segmentos sociais e tendo a periodicidade de quatro anos. Já os conselhos devem ter caráter permanente e deliberativo sendo órgão colegiado composto por representantes do governo, prestadores de serviços, profissionais de saúde e usuários, atuando na formulação de estratégias e no controle da execução da política de saúde (BRASIL, 1990).

A regulamentação que define como se dá a participação social na elaboração das políticas que visam o acesso aos serviços públicos oferecidos a população em geral no âmbito da saúde, quando vista de um ângulo puramente teórico, nos garante direitos que a primeira vista coloca os cidadãos brasileiros em situação privilegiada no que concerne a assistência em saúde, mas a realidade das ações efetivamente trabalhadas e dos fatos observados nos leva a um abismo praticamente intransponível entre a teoria e a prática, justificando a elaboração de pesquisas acerca do tema, as quais são imprescindíveis a geração de conhecimento público a respeito de seus direitos influenciando o pleno exercício dos mesmos (SANTOS; BASTOS, 2011).

Ao longo de um processo de fortalecimento dos espaços classificados como sendo de participação social no âmbito da saúde, foram desenvolvidas iniciativas objetivando consolidá-los e qualificá-los, como a criação dos conselhos locais e distritais de saúde, os fóruns e as plenárias de conselhos de saúde a nível nacional, atividades de educação permanente direcionadas a participação popular e controle social, bem como resoluções emanadas pelo Conselho Nacional de Saúde (CNS) com vistas a organização e ao bom andamento dos trabalhos dos conselhos em todas as esferas de governo (BRASIL, 2013).

Tais evoluções resultaram no acréscimo de formulações transformadas em proposições emanadas diretamente dos distritos e localidades, possibilitando o acesso da população oriunda de áreas remotas a contribuições mais evidentes nas ações previstas em políticas a estes inerentes, o que gera uma melhoria do sistema de controle social e o torna cada vez mais deliberativo, independente e representativo (BRASIL, 2013).

Diante disso, surge o seguinte questionamento: Como está sendo exercida a participação social na implementação das ações de formulação, avaliação e fiscalização das políticas de saúde pública no Brasil?

O desconhecimento da sociedade acerca de como inserir suas sugestões no processo de discussão e elaboração de políticas favoráveis a resolução dos problemas enfrentados pela comunidade, justifica a temática abordada na elaboração da presente pesquisa, através da qual foram analisados os principais meios de atuação da sociedade no respectivo processo contribuindo para a disseminação da participação social como instrumento de melhoria na saúde do cidadão brasileiro.

Nesse contexto, o presente estudo visa identificar nas produções científicas mecanismos que pontuem a efetivação da participação social na formulação, fiscalização e avaliação das políticas de saúde pública e suas contribuições na consolidação do SUS.

2 | MÉTODO

Trata-se de uma revisão integrativa, que se define como sendo uma soma das análises e conclusões de trabalhos científicos anteriores que estudados de forma sistemática dão suporte a formulação de inferências a respeito de temas específicos, gerando suporte para elaboração de novos estudos que corroborem no auxílio a tomadas de decisões eficazes e melhorias nas práticas exercidas sobre o tema abordado. Constitui um recurso para a prática baseada em evidências, contribuindo assim para a elaboração de pesquisas futuras abordando questões que ainda necessitam de elucidação dentro da temática enfatizada (DE SOUZA; DA SILVA; DE CARVALHO, 2010).

A elaboração de uma revisão integrativa engloba a realização de seis etapas, dentre estas estão a escolha da temática a ser abordada bem como a concepção da questão norteadora do estudo. Para a construção da pesquisa abordou-se a participação social nas políticas de saúde, tendo como questão norteadora: Como está sendo exercida a participação social na implementação das ações de formulação, avaliação e fiscalização

das políticas de saúde pública no Brasil? O cumprir destas ações finaliza a primeira etapa da produção de uma revisão integrativa.

A segunda etapa foi constituída por uma busca na literatura e o estabelecimento de critérios de inclusão e exclusão dos estudos encontrados, que a partir de então são selecionados para compor esta pesquisa fazendo parte e influenciando diretamente seus resultados (DE SOUZA; DA SILVA; DE CARVALHO, 2010).

Em um terceiro momento foi realizada a categorização dos estudos, os quais serão organizados para que seja definida a sequência das informações que serão extraídas dos trabalhos selecionados e posteriormente utilizadas nos resultados e discussão desta pesquisa.

As demais etapas consistem na avaliação dos estudos, interpretação dos mesmos e por fim sua apresentação.

A presente revisão integrativa é fruto de uma busca de dados no portal regional da Biblioteca Virtual em Saúde (BVS), realizada no período compreendido entre os meses de setembro e outubro do ano de 2017, a qual utilizou os seguintes descritores: Participação Social, Sistema Único de Saúde e Conselhos de Saúde, estes pesquisados dentre os Descritores em Ciências da Saúde (DeCS) da BVS, separados pelo operador booleano AND. Após a busca, a pesquisa retornou 167 estudos como resultado.

Os critérios para inclusão de estudos foram: texto completo disponível para consulta no idioma português, dos 167 estudos apenas 95 atendiam essa demanda; ter sua elaboração datada nos últimos dez anos, dos 95 estudos restantes, 69 atendiam essa demanda; ter seu delineamento descrito como “artigo”, dos 69 estudos restantes 45 eram artigos científicos. Dessa forma, 122 estudos não atenderam aos critérios de inclusão.

Já os critérios de exclusão de estudos foram: a duplicidade, a não abordagem da temática principal proposta, não conformidade com o objetivo da pesquisa e a não resolatividade do questionamento norteador deste trabalho.

Mediante a população de 45 estudos, foi realizada a leitura dos títulos de cada artigo e verificou-se que 5 estudos se encontravam duplicados e 17 não abordavam o tema proposto. Após a leitura e análise do resumo dos 23 artigos restantes, 9 não estavam em conformidade com o objetivo da pesquisa e não condiziam com a área de interesse do presente estudo. Os 14 artigos restantes apresentavam potencial para compor a amostra final e foram lidos e analisados na íntegra, sendo que 2 deles não respondiam à pergunta norteadora da pesquisa e também foram excluídos, conforme apresentado na Figura 1, síntese do processo de extração de dados.

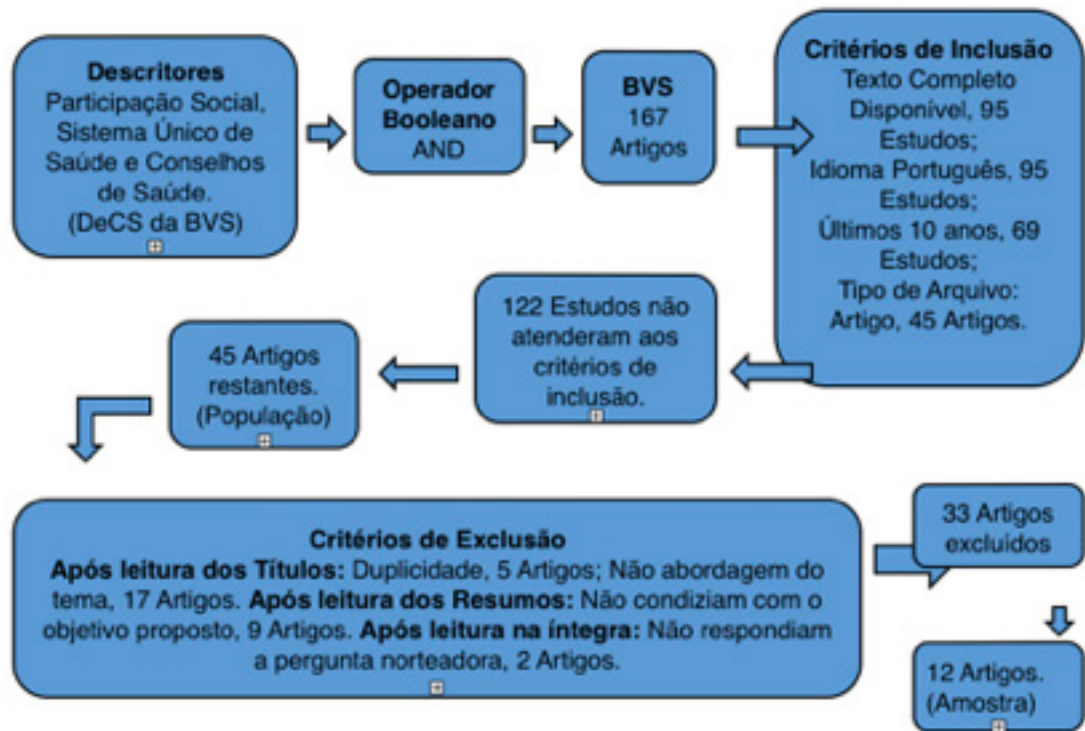


Figura 1. Fluxograma da seleção dos estudos da pesquisa de revisão integrativa para composição da amostra.

Fonte: Dados da Pesquisa, 2017.

Os 33 estudos excluídos nessa fase, não geraram interesse nem acrescentariam maior relevância a pesquisa ou estavam duplicados. Os 12 artigos restantes foram lidos, analisados e considerados relevantes no que concerne ao objetivo deste estudo, fazendo assim parte dos resultados constantes neste trabalho.

Para viabilizar a análise das publicações selecionadas, o conteúdo dos estudos foi registrado em um instrumento contendo: autores, título do artigo, periódico, ano de publicação, base de dados, objetivo do estudo e indicação dos resultados apresentados. Após a criteriosa leitura e observância do enfoque dado pelo autor a cada pesquisa, foi realizado o agrupamento dos estudos por vertentes de perspectivas, as quais evidenciaram três categorias temáticas: A participação social como base para a otimização do SUS, Os conselhos de saúde como instrumentos de controle social e A influência das conferências de saúde na formulação de políticas; as quais foram discutidas visando explicitar dados da amostra. Tendo em vista uma melhor visualização dos estudos inseridos nesta revisão integrativa foi elaborado um quadro demonstrando dados obtidos da amostra.

A apresentação dos resultados e discussão final foi feita de forma descritiva, além de estatística simples por porcentagem e apresentados sob a forma de quadros e gráficos.

3 | RESULTADOS

Dos 12 artigos selecionados para compor a amostra do presente estudo, 10 estão indexados a Base de Dados da Literatura Latino-Americana do Caribe (LILACS), 1 a Base de Dados Bibliográficos em Enfermagem (BDENF) e 1 a Base de Dados da Literatura sobre Cidades Saudáveis (CidSaúde).

Distribuição da amostra quanto a sua base de dados.

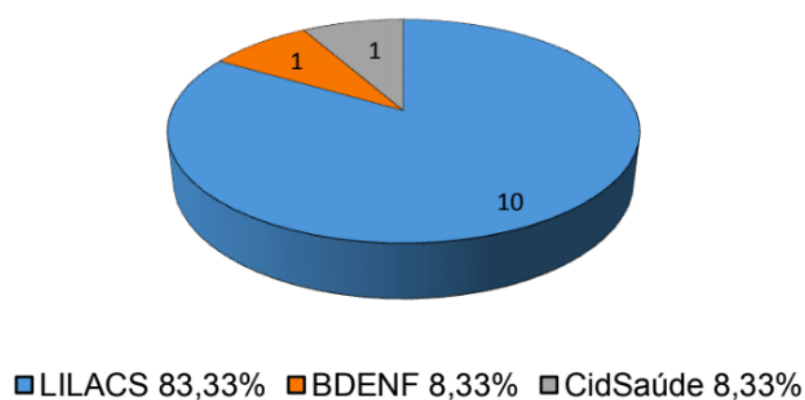


Gráfico 1. Demonstra o quantitativo de artigos da amostra por base de dados.

Fonte: Dados da Pesquisa, 2017.

A análise realizada posteriormente mostra a síntese dos artigos que prevaleceram mediante a aplicação dos critérios de inclusão e exclusão distribuídos em um quadro contendo os itens: autor, título do artigo, periódico, ano de publicação, procedência, objetivos e resultados; explicitando uma síntese dos 12 artigos que versam sobre a temática e que compuseram a amostra.

Autor	Título do Artigo	Periódico (Vol. nº, Pág. Ano, Base)	Objetivo	Resultado
BISPO JÚNIOR, J.P.; SAMPAIO, J.J.C.	Participação social em saúde em áreas rurais do Nordeste do Brasil.	Revista Pan. de Salud Pública, v. 23, n. 6, p. 403-409, 2008, LILACS.	Analisar a participação social por meio dos Conselhos Municipais de Saúde (CMS) em dois municípios de pequeno porte do Nordeste do Brasil.	Ambos os conselhos apresentaram irregularidades quanto à composição e à posse dos conselheiros, como a alta rotatividade de representantes e as constantes “reformulações” da composição do conselho.
MARTINS, P.C. et al.	Conselhos de Saúde e a Participação social no Brasil: Matizes da Utopia.	Physis (Rio J.), p. 105-121, 2008, LILACS.	Visa a analisar o processo de criação dos conselhos de saúde no Brasil, descrevendo sua importância para uma efetiva participação da sociedade civil na tomada de decisão na área da saúde, refletindo sobre os matizes desta utopia.	Destaca os desafios encontrados e as possibilidades apresentadas para concretização desta ação; ressalta a possibilidade da presença ativa dos sujeitos na construção do processo democrático no SUS e abre a discussão sobre a necessidade de emponderamento e libertação da população.
COTTA, R.M.M.; CAZAL, M.M.; MARTINS, P.C.	Conselho Municipal de Saúde: (re) pensando a lacuna entre o formato institucional e o espaço de participação social.	Ciência & Saúde Coletiva, v. 15, n. 5, 2010, LILACS.	Analisar o formato institucional do CMS de Viçosa (MG), abordando sua estrutura e dinâmica de funcionamento, regras de composição e competências.	Dos membros do CMS, grande parte afirmaram que as decisões tomadas no CMS não são informadas à população e que não repassam as informações sobre as propostas e discussões tomadas no CMS para discussão e deliberação por seus pares.
COTTA, R.M.M. et al.	O controle social em cena: refletindo sobre a participação popular no contexto dos Conselhos de saúde.	Physis-Revista de Saúde Coletiva, v. 21, n. 3, 2011, LILACS.	Analisar a experiência do controle social, via Conselho de saúde, em um município de pequeno porte, utilizando o referencial teórico da pesquisa qualitativa.	Diante da realidade vivenciada, observamos que a possibilidade de uma gestão participativa no sus não se consolidou como uma prática efetiva.
COELHO, J.S.	Construindo a Participação Social no SUS: um constante repensar em busca de equidade e transformação	Saúde e Sociedade, v. 21, n. Suppl. 1, p. 138-151, 2012, LILACS.	Expor reflexões sobre a busca e o exercício da participação social no Sistema Único de Saúde (SUS), compreendendo seu conceito como as diferentes ações dos grupos sociais que influenciam a formulação, execução, fiscalização e avaliação das políticas públicas.	O fato de a comunidade participar no sistema de saúde é visto como condição fundamental para o exercício pleno da saúde, capaz de promover equidade e de transformar a atenção à saúde.
MARTINS, A.L.X.; SANTOS, S.M.R.	O Exercício do Controle Social no Sistema Único de Saúde: a ótica do enfermeiro como membro do Conselho Local de Saúde.	Saúde e Sociedade, v. 21, n. 1, p. 199-209, 2012, LILACS.	Conhecer o posicionamento do enfermeiro sobre sua atuação no Conselho Local de Saúde frente ao princípio organizacional do SUS de controle social no planejamento, a c o m p a n h a m e n t o e avaliação das ações de saúde.	A maioria dos entrevistados tem consciência da importância da atuação do conselheiro local de saúde (CLS), e considera importante a participação do enfermeiro no conselho local, devido a sua formação voltada para a prática social e de saúde pública. No entanto, muitos entrevistados ainda acreditam que a atuação do Enfermeiro no conselho local é importante somente como espaço para divulgar ações e necessidades do serviço de atenção básica à saúde.

SANTOS, M.R.C. et al.	Estrutura da representação social dos usuários do sistema único de saúde sobre conferência municipal de saúde.	Revista Baiana de Saúde Pública, v. 36, n. 1, p. 121, 2012, LILACS.	Buscar apreender a representação social dos usuários participantes de uma conferência municipal de saúde (CMSS) sobre o que vem a ser esse evento.	A análise dos dados possibilitou situar a representação dos usuários sobre “Conferência Municipal de Saúde” como instrumento de controle social, democracia, participação popular, saúde, cidadania, construção, discussão, emponderamento e responsabilidade.
DURÀN, P.R.F.; GERSCHMAN, S.	Desafios da participação social nos conselhos de saúde.	Saúde e Sociedade, v. 23, n. 3, p. 884-896, 2014, CidSaúde.	Explicitar, por meio de uma análise teórica, a importância do papel da sociedade e da construção de sujeitos políticos na implementação do SUS através dos Conselhos de Saúde. Visa contribuir para a discussão sobre modos de participação social que vêm sendo construídos no interior das arenas dos colegiados de participação na democracia brasileira.	Formalizaram a participação da sociedade e o controle social na construção das agendas políticas da saúde, sendo profundamente influenciados pela conjuntura política nacional.
MITTEL-BACH, J.C.S.; PERNA, P.O.	Apercepções dos enfermeiros sobre o seu papel nos conselhos de saúde enquanto segmento dos trabalhadores de saúde.	Cogitare Enfermagem, v. 19, n. 2, 2014, LILACS.	Analisar o conhecimento e percepções dos enfermeiros sobre seu papel no Controle Social e identificar aspectos que limitam e que fazem avançar a sua participação nos Conselhos de Saúde, enquanto trabalhadores de saúde.	Constatou-se que os enfermeiros, acertadamente, entendem o Controle Social como a participação da sociedade nas políticas públicas. Todavia, enquanto trabalhadores, estes profissionais não veem como força capaz de influenciar nas políticas públicas em favor, por exemplo, dos interesses dos trabalhadores de saúde e da população.
SANTOS, M.A.; NEVES, V.R.; SANNA, M.C.	Conferências nacionais de saúde e o serviço de ouvidoria no Brasil.	História de Enfermagem, Revista Eletrônica, v. 5(1):3-14, 2014, BDEF.	Objetivou identificar, descrever e analisar o que os relatórios finais das 10ª, 11ª, 12ª e 13ª Conferências Nacionais de Saúde mencionaram sobre ouvidoria na saúde.	O presente estudo apontou o conteúdo e o percurso das ações propostas pelas 10ª, 11ª, 12ª e 13ª Conferências Nacionais de Saúde para a institucionalização da Ouvidoria como instrumento de controle social do Sistema Único de Saúde pelos conselhos de saúde.
GUIZARDI, F.L.	A autocrítica necessária: notas sobre os desafios do controle social na saúde.	RECIIS - Rev. Eletrônica de Comunicação e Informação Inovadoras em Saúde, v. 9(3) 2015, LILACS.	Analisar alguns dos desafios atuais relacionados à construção da participação social no Sistema Único de Saúde.	A fragilidade da democracia em nossa história republicana e a conjuntura política atual, que evidenciam a permanência de uma cultura política autoritária, que legitima e naturaliza desigualdades, injustiças e opressão social.
FERNANDES, V.C.; SPAGNUOLO, R.S.; BASSETTO, J.G.B.	A participação comunitária no sistema único de saúde: revisão integrativa da literatura.	Revista Brasileira em Promoção da Saúde, v. 30, n. 1, 2017, LILACS.	Revisar, na literatura, a participação comunitária no Sistema Único de Saúde	Desvelaram-se em duas categorias temáticas, a saber: “A participação comunitária na Atenção Primária à Saúde” e “Os diferentes caminhos da participação comunitária”.

Quadro 1. Apresenta a síntese dos 12 artigos que compõem a amostra.

Fonte: Dados da Pesquisa, 2017.

Tendo em vista facilitar o entendimento da distribuição quanto ao ano de publicação dos artigos que compõem a amostra, foi desenvolvido o gráfico 2, que demonstra o quantitativo de estudos considerando ano no qual foi realizada a publicação do mesmo e evidencia a ausência de estudos que atendessem os critérios de inclusão e exclusão nos anos de 2009, 2013 e 2016.

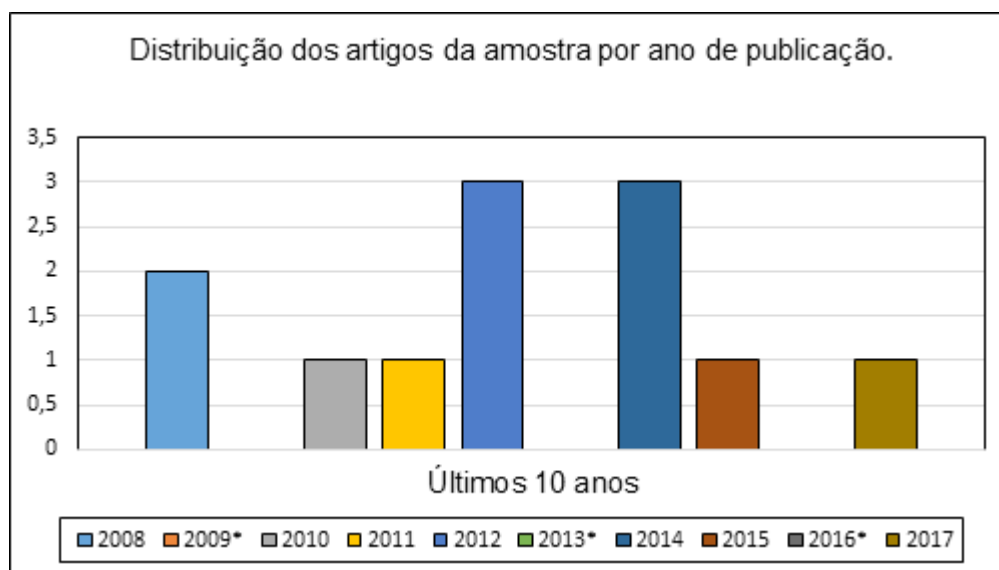


Gráfico 2. Apresenta a distribuição dos artigos da amostra quanto ao seu ano de publicação.

Fonte: Dados da Pesquisa, 2017.

*Nos anos de 2009, 2013 e 2016 não foram encontrados estudos que superassem os critérios de inclusão e exclusão aplicados nesta pesquisa.

A partir dos resultados dos estudos, realizou-se a categorização dos dados, evidenciando-se três categorias temáticas, neste já citadas.

4 | DISCUSSÃO

4.1 A participação social como base para a otimização do sus.

A participação popular deve ser considerada uma ferramenta de controle social, na qual a comunidade pode interagir na elaboração das políticas voltadas a saúde e na melhoria do SUS, elaborando, efetivando e avaliando as políticas públicas relativas a saúde. Desse modo, o controle social em relação ao estado torna-se uma estratégia que vem garantir o direito da população de acesso a um serviço de saúde que possa ser classificado como de alta qualidade, e construir uma sociedade democrática. Esse ambiente deve ser exaurido na Teoria da Democracia Participativa, que apresenta a participação e controle como conceitos que expressam alta afinidade e adiciona a essa relação uma concepção de liberdade ao indivíduo (FERNANDES; SPAGNUOLO; BASSETTO, 2017).

Os espaços de participação e controle disponibilizados, levando-se em consideração a área da saúde, são quase que exclusivamente os institucionalizados conforme as

disposições constantes na lei nº 8.142/90, sendo estes entendidos como conferências de saúde e conselhos de saúde, ambos os quais atualmente figuram como principais cenários deliberativos de controle social no âmbito municipal e em suas outras duas instâncias de nível estadual e nacional, considerando os princípios e diretrizes do SUS e as disposições da Lei supracitada (COELHO, 2012).

Os conselhos e conferências de saúde configuram-se nos espaços prioritários ao exercício do controle participativo da sociedade organizada e são as instâncias institucionalizadas favoráveis a explanação das dificuldades e problemas encontrados por quem utiliza os serviços e participa de ações organizadas pelo poder público no âmbito da saúde. A manutenção da permanência desses espaços e seu constante melhoramento é de cunho prioritário pelo grau de importância que tem e pelo que significa para o aprimoramento do SUS (SANTOS et al., 2012).

Tendo em vista que a principal legislação regulamentadora do SUS, a lei nº 8.080/90, traz como um de seus princípios norteadores a “participação da comunidade” e observando que tal lei data do ano de 1990, supõe-se que este princípio, 27 anos depois, estivesse totalmente consolidado através de instrumentos efetivos desenvolvidos especificamente para tal finalidade. Apesar da criação dos já referidos instrumentos instituídos como espaços de participação social, até hoje existem inúmeras inadequações na forma como essa política é exercida (COTTA; CAZAL; MARTINS, 2010; COELHO, 2012).

Em ambos os casos, os conselhos apresentaram diversas irregularidades quanto à sua composição e à posse dos conselheiros, com destaque para a constante quebra da paridade entre os conselheiros usuários e os demais conselheiros, a alta rotatividade de representantes por parte de algumas entidades e as constantes “reformulações” da composição do conselho, realizadas, muitas vezes, de maneira informal e sem a devida alteração da legislação pertinente (BISPO JÚNIOR; SAMPAIO, 2008, p.405).

Fica evidente nos artigos da amostra, que a implementação desses espaços participativos, principalmente quando se trata da esfera municipal, a qual está diretamente ligada a execução das políticas, sofrem adequações constantes para que ao invés de priorizar proposições oriundas da necessidade da população, tornem-se tendenciosos e propensos a aceitação de propostas previamente formuladas fora de um contexto deliberativo, onde o estado é quem dita quais são as necessidades da comunidade e quais ações ele deve ou não tomar para supri-las, isso ocorrendo de forma unilateral, o que é tacitamente conflitante com a teoria da política participativa em questão (BISPO JÚNIOR; SAMPAIO, 2008).

Seja pela fiscalização ineficiente ou mesmo pelo descaso das autoridades constituídas, arbitrariedades podem ocorrer. Dessa forma, tem-se que repensar o quanto se faz imprescindível a participação de todos na formulação, execução, avaliação e fiscalização das políticas que vão suprir as necessidades da população (GUIZARDI et al., 2015; BISPO JÚNIOR; SAMPAIO, 2008).

4.2 Os conselhos de saúde como instrumentos de controle social.

No que se refere aos conselhos de saúde, foi possível identificar um conceito

amplamente difundido nas pesquisas, que aponta os mesmos como sendo um espaço que a sociedade usa para transparecer a autonomia que deve influenciar na maneira como se dá a gestão de políticas norteadoras de ações direcionadas a saúde, para assim, elaborar juntamente com a gestão governamental subterfúgios as dificuldades enfrentadas, realizando ações de fiscalização e controle, bem como difundir o que está sendo discutido no que diz respeito a melhoria para a população, trazendo a luz os anseios da sociedade (MARTINS et al., 2008; MITTELBACH; PERNA, 2014).

Com o intuito de consolidar os mecanismos de controle social, inclusive nas áreas mais remotas, foram também instituídos conselhos locais e distritais que corroboram com os já existentes nos municípios, estados e a nível nacional. Os já referidos conselhos, englobam orientações que privilegiam princípios como paridade em sua composição deliberativa e fortalecimento de um meio democrático voltado ao bem estar dos usuários do SUS (MARTINS; SANTOS, 2012).

Sua composição é formada por representantes do governo, dos usuários, dos profissionais da saúde e dos prestadores de serviço; sendo que o segmento dos usuários de saúde deve ser paritário aos demais segmentos, isso significa dizer que 50% dos integrantes do conselho de saúde deve ser formado por usuários, 25% de profissionais de saúde e outros 25% de gestores e prestadores de serviço (COTTA; CAZAL; MARTINS, 2010).

Os conselhos devem possuir uma estrutura que dê suporte ao seu pleno funcionamento, obedecer a uma agenda mensal de reuniões, as quais devem ocorrer em espaços abertos a participação da população. Como documentos comprobatórios das reuniões são resultantes atas que possuem os registros de todas as discussões colocadas pelo conselho (DURAN; GERSCHMAN, 2014).

Os conselhos de saúde são órgãos colegiados permanentes em suas esferas de governo, tem um caráter deliberativo que consubstancia a participação social na gestão das ações e políticas em saúde, atuando na formulação e proposição de estratégias e controle da execução das mesmas (COTTA et al., 2011).

4.3 A influência das conferências de saúde na formulação de políticas.

As conferências de saúde constituem espaços deliberativos nos quais são elencados e apresentados tanto a população como as entidades sociais envolvidas, representantes dos trabalhadores, dos usuários e dos poderes públicos, temas atuais voltados as principais dificuldades encontradas no contexto da saúde onde são discutidos em plenárias com vistas a desenvolver ideias que após trabalhadas possam ser formuladas e apresentadas como propostas de intervenção que podem chegar a ser preconizadas pelo ministério da saúde e instituídas através de políticas, decretos e inclusive tornar-se previsão legal (SANTOS; NEVES; SANNA, 2014).

As conferências podem ser convocadas pelo poder executivo ou pelo conselho de saúde de quatro em quatro anos sendo realizada nas esferas municipal, estadual e nacional, configurando-se em todas elas como um espaço de debate, formulação e avaliação da

situação da saúde pública, bem como das políticas concernentes já implementadas (SANTOS et al., 2012).

Em termos de organização, as conferências estão dispostas da seguinte forma: inicialmente são disponibilizados eixos temáticos inerentes as problemáticas existentes mais difundidas a serem previamente discutidos nas plenárias das conferências municipais de saúde, que por sua vez remetem as propostas que foram destaques e seus idealizadores para propagarem e defenderem, colocando sob apreciação dos participantes da conferência estadual, suas proposituras (SANTOS; NEVES; SANNA, 2014).

Nas discussões e debates das plenárias a nível estadual são elencadas as propostas a serem defendidas para integrar novas políticas de saúde, bem como eleitos os principais defensores de tais proposituras a serem encaminhados para que na conferência nacional de saúde possam mostrar a capacidade de resolução, eficácia e funcionalidade das instâncias de participação social espalhadas pelas regiões do país. As conferências são espaços deliberativos representativos nos quais os discursos dos participantes podem influenciar a definição de prioridades das políticas de saúde (MARTINS et al., 2008; SANTOS; NEVES; SANNA, 2014).

As conferências nacionais de saúde são marcadas por grandes debates e configura o espaço decisório dentro do âmbito do controle social a definir quais proposições são as ideais para a resolutividade de vários temas notoriamente problemáticos na assistência à saúde da população (SANTOS et al., 2012).

5 | CONCLUSÃO

O objetivo proposto por este estudo foi alcançado e possibilitou identificar e difundir meios de participação social demonstrando que os principais espaços destinados a esse fim são as conferências e os conselhos de saúde, ambos nas três esferas de governo. Evidenciou-se dentro da perspectiva dos artigos da amostra a contribuição crucial exercida pela participação da comunidade no controle social e na consolidação do SUS.

Segundo dados da amostra, o profissional enfermeiro enquanto trabalhador da área de saúde tem muito a contribuir, dentro de seu vasto campo de atuação, com a melhoria na efetividade da participação da comunidade no processo de controle social, uma vez que, como preconizado pelo ministério da saúde, este é envolvido diretamente com a atenção primária a população, muitas vezes até compondo os conselhos municipais de saúde ou os conselhos locais.

Embora os relatos da não efetividade das ações dos conselhos devido a irregularidades sejam frequentes na pesquisa, é irrefutável o avanço que os conselhos de saúde vêm apresentando no que concerne a melhoria dos serviços de saúde nos municípios, incluindo a destinação de verbas voltadas a suprir as necessidades específicas das comunidades e uma maior fiscalização com vistas a beneficiar a população.

Com relação às limitações encontradas na elaboração do presente estudo podem-se

citar a escassez de pesquisas mais recentes nos bancos de dados que discorressem sobre a temática abordada, resultando em um recorte temporal maior e que propiciasse um retorno mais diversificado, o que traz a uma revisão integrativa dados que possam estar desatualizados. Por fim indico a necessidade da elaboração de mais estudos a respeito do tema, visando o aumento do conhecimento da comunidade acadêmica a respeito dos mecanismos de controle social haja vista sua grande importância para a melhoria da saúde pública no Brasil.

REFERÊNCIAS

BISPO JÚNIOR, José Patrício; SAMPAIO, José Jackson Coelho. Participação social em saúde em áreas rurais do Nordeste do Brasil. **Revista Panamericana de Salud Pública**, v. 23, n. 6, p. 403-409, 2008.

BRASIL, Casa Civil. Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990: Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, v. 128, n. 182, 1990.

BRASIL, Casa Civil. Lei nº: 8.142, de 28 de dezembro de 1990. Dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde (SUS) e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, v. 28, 1990.

BRASIL. Ministério da Saúde. Conselho Nacional de Saúde. **Para entender: o controle social na saúde**. Brasília, 2013.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa, Departamento de Apoio à Gestão Estratégica e Participativa. **Conselhos de saúde: a responsabilidade do controle social democrático do SUS**. Brasília, 2013.

COELHO, Juliana Sousa. Construindo a participação social no SUS: um constante repensar em busca de equidade e transformação. **Saúde e Sociedade**, v. 21, n. suppl. 1, p. 138-151, 2012.

COTTA, Rosângela Minardi Mitre; CAZAL, Mariana de Melo; MARTINS, Poliana Cardoso. Conselho Municipal de Saúde:(re) pensando a lacuna entre o formato institucional e o espaço de participação social. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 15, n. 5, 2010.

COTTA, Rosângela Minardi Mitre et al. O controle social em cena: refletindo sobre a participação popular no contexto dos Conselhos de Saúde. **Physis-Revista de Saúde Coletiva**, v. 21, n. 3, 2011.

DE SOUZA, Marcela Tavares; DA SILVA, Michelly Dias; DE CARVALHO, Rachel. Revisão integrativa: o que é e como fazer. **Einstein**, v. 8, n. 1 Pt 1, p. 102-6, 2010.

DURÁN, Paulo Renato Flores; GERSCHMAN, Sílvia. Desafios da participação social nos conselhos de saúde. **Saúde e Sociedade**, v. 23, n. 3, p. 884-896, 2014.

FERNANDES, Violeta Campolina; SPAGNUOLO, Regina Stella; BASSETTO, Jamile Gabriela Bronzato. A participação comunitária no sistema único de saúde: revisão integrativa da literatura. **Revista Brasileira em Promoção da Saúde**, v. 30, n. 1, 2017.

GUIZARDI, Francini Lube et al. A autocrítica necessária: notas sobre os desafios do controle social na saúde. **RECIIS – Rev Eletrônica de Comunicação e Informação Inovadoras em Saúde**, v. 9(3)

2015.

MARTINS, Amanda de Lucas Xavier; DOS REIS SANTOS, Sueli Maria. O exercício do controle social no Sistema Único de Saúde: a ótica do enfermeiro como membro do conselho local de saúde. **Saúde e Sociedade**, v. 21, n. suppl. 1, p. 199-209, 2012.

MARTINS, Poliana Cardoso et al. Conselhos de saúde e a participação social no Brasil: matizes da utopia. **Physis (Rio J.)**, p. 105-121, 2008.

MITTELBACH, Juliana Chagas da Silva; PERNA, Paulo de Oliveira. A percepção dos enfermeiros sobre o seu papel nos conselhos de saúde enquanto segmento dos trabalhadores de saúde. **Cogitare Enfermagem**, v. 19, n. 2, 2014.

MULLER, Julio Strubing; ARTMANN, Elizabeth. Discursos sobre o papel e a representatividade de conferências municipais de saúde. **Cad. saúde pública**, v. 30, n. 1, p. 68-78, 2014.

ROLIM, Leonardo Barbosa et al. Participação popular e o controle social como diretriz do SUS: uma revisão narrativa. **Saúde debate**, v. 37, n. 96, p. 139-147, 2013.

SANTOS, Cibelle Cristina da Silva; BASTOS, Raquel Littério de. Participação social: a construção da democracia na saúde brasileira. **Revista Brasileira em Promoção da Saúde**, v. 24, n. 3, 2011.

SANTOS, Mara Rúbia Carrilho et al. Estrutura da representação social dos usuários do sistema único de saúde sobre conferência municipal de saúde. **Revista Baiana de Saúde Pública**, v. 36, n. 1, p. 121, 2012.

SANTOS, Marco Antônio; NEVES, Vanessa Ribeiro; SANNA, Maria Cristina. Conferências nacionais de saúde e o serviço de ouvidoria no Brasil. **História de Enfermagem, Revista Eletrônica**, v. 5(1):3-14, 2014.

SOBRE OS AUTORES

Adriana da Sé Buery: Graduação em Enfermagem pela Universidade Tiradentes; Pós-Graduação em enfermagem gestão em saúde hospitalar pelo hospital Israelita Albert Einstein.

Afonso Ferreira Lima Neto: Graduação em Enfermagem pela Universidade Tiradentes.

Alysson da Rocha Silva: Professor Efetivo do Estado de Pernambuco; Professor da Faculdade São Vicente de Pão de Açúcar 2017-2018, Professor do Instituto Superior de Educação Programus 2017-2018. Graduação em 2015 pela Faculdade São Tomás de Aquino (FACESTA); Especialista em metodologia do ensino da educação física escolar pela Faculdade de Ensino Regional Alternativa (FERA); E-mail: alyssonrocha21@hotmail.com

Amanda Valle de Almeida Paiva: Membro do corpo docente do Programa de Medicina Ortomolecular da Associação Brasileira de Medicina Ortomolecular; Bacharelado e Licenciatura Plena em Ciências Biológicas pela Fundação Técnico- Educacional Souza Marques; Mestrado em Biofísica pela Comissão Nacional de Energia Nuclear; Doutoranda em Educação em Ciências e Saúde pelo Núcleo de Tecnologia Educacional para a Saúde da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Ana Priscila Farias Magalhães: Bacharel em Turismo, pela Universidade Federal do Pará; Mestre em Gestão dos Recursos Naturais e Desenvolvimento Local na Amazônia pelo Núcleo de Meio Ambiente da Amazônia - NUMA, da Universidade Federal do Pará; Doutoranda em Geografia Humana, pela Universidade de São Paulo – USP; Docente do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Estado do Pará - IFPA Campus Belém; Especialização em Estudos Culturais da Amazônia, pelo Núcleo de Meio Ambiente da Amazônia - NUMA, da Universidade Federal do Pará; Email: priscila.farias@ifpa.edu.br;

Andrêssa Nascimento de Oliveira: Graduação em Educação Física Bacharelado pela Universidade Tiradentes. Graduação em Educação Física licenciatura pela Universidade Tiradentes. Especialista em Docência da Educação Superior (Ênfase em Tecnologias Educacionais e EAD) pela faculdade Jardins. Especialização em andamento em Fisioterapia Esportiva pela Faculdade Uninter. Grupo de pesquisa: membro pesquisadora do Laboratório de Biociências da Motricidade Humana (LABIMH - UNIT/ SE). Email para contato: Andressaoliveira.vol@outlook.com

Anne Karoline de Souza Oliveira: Graduação em Nutrição pela Universidade Federal de Sergipe, UFS; Pós Graduada em Nutrição Clínica e Terapia Nutricional pela Universidade Estácio de Sá, UNESA; Mestrado em Ciência e Tecnologia de Alimentos pela Universidade Federal de Sergipe.

Ayslan Santos Sousa: Graduação em Enfermagem pela Universidade Tiradentes.

Bruno Diego Fernandes Pereira: Professor do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Estado do Pará - IFPA Campus Breves; Membro do Corpo Docente do Programa de Pós-Graduação em Docência para a Educação Profissional, Científica e Tecnológica; Graduação em Engenharia de Computação pelo Instituto de Estudos Superiores da Amazônia (IESAM); Mestre em Ciências da Comunicação pela Universidade Fernando Pessoa (UFP), Porto, Portugal; E-mail: bruno.pereira@ifpa.edu.br;

Carla Lidiane Jácome de Lira: Graduação em Enfermagem pela Universidade Federal da Paraíba; Mestra em Enfermagem pelo Programa de Pós Graduação em Enfermagem da UFPB; E-mail para contato: carlalima2006@yahoo.com.br

Cibele Meneses: Graduação em Enfermagem pela Universidade Tiradentes;

Cleber Mena Leão Junior: Professor da Faculdade de Paraíso do Norte (FAPAN); Graduação em Educação Física pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS); Especialista em Educação Física Escolar pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUCPR); Especialista em Educação: Métodos e Técnicas de Ensino pela Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR); Mestrado em Ensino pela Universidade Estadual do Paraná (UNESPAR); Líder do Grupo de Pesquisa em Recreação; E-mail: prof.cleberjunior@hotmail.com

Cynthia Barbosa Albuquerque Dos Santos: Professor da Universidade Tiradentes; Graduação em Nutrição pela Universidade Federal de Alagoas; Mestrado em Ciência e Tecnologia de Alimentos pela Universidade Federal de Sergipe; Grupo de pesquisa: Núcleo de Pesquisa em Nutrição Humana da Universidade Tiradentes; E-mail para contato: cynthiabalbuquerque@yahoo.com.br

Davi Rocha Barbosa: Graduação em Educação Física licenciatura pela Universidade Tiradentes.

Edyfran de Medeiros Fernandes: Professor do Instituto Federal da Paraíba (IFPB). Engenheiro Civil (UFPB); Especialista em Engenharia de Instalações Prediais (FESP); Mestre em Engenharia Civil e Ambiental (UFPB); Doutorando em Engenharia Civil e Ambiental

Evelyn de Oliveira Machado: Professor da Universidade Federal de Sergipe – Campus Lagarto (DMEL - Departamento de Medicina Lagarto); Graduação em Medicina da Faculdade de Medicina de Teresópolis; Mestrado em Medicina (Endocrinologia) pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, UFRJ. Doutorado em Medicina (Endocrinologia) pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, UFRJ.

Fernando Moraes Sanches: em Informática para a Internet, pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Estado do Pará - IFPA Campus Breves; Bolsista na Universidade do Norte do Paraná (UNOPAR Técnico em Edificações, pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Estado do Pará - IFPA Campus Breves; Técnico) - Licenciatura Plena em Pedagogia; Email: sanchesf91@gmail.com;

Francisco Alyson Vieira Braga: Discente de graduação em Bacharelado em Engenharia Civil - UNIPÊ.

Francisco Felipe Pedrosa Bezerra: Discente de graduação em Bacharelado em Engenharia Civil - IFPB.

Geziel Castor da Silva: Graduação em Enfermagem Faculdade Uninassau. E-mail para contato: gezielmusic@gmail.com

Girlene Moreno Albuquerque: Graduanda de Enfermagem da Faculdade Uninassau; E-mail para contato: morenoalbuquerque@outlook.com, Graduado em Ciências da Computação pela Universidade Federal Rural do Semiárido (UFERSA). Mestre em Ciência da Computação pela Universidade Estadual do Rio Grande do Norte (UERN) em parceria com a Universidade Federal

Rural do Semiárido (UFERSA). Contato: victor.oliveira@ifpb.edu.br, Graduado em Licenciatura em Computação pela Universidade Estadual da Paraíba (UEPB). Especialista em Banco de Dados pela Faculdade Integradas de Patos.

Janaina Alves Da Cruz: Graduação em Nutrição pela Universidade Tiradentes; E-mail para contato: janainaaa-22@hotmail.com

Jéssica de Oliveira Santos: Graduação em Enfermagem pela Universidade Tiradentes; Grupo de pesquisa: Saúde Coletiva da Universidade Tiradentes.

Josefa Danielma Lopes Ferreira: Professora da Faculdade Uninassau; Graduação em Enfermagem pela Universidade Federal da Paraíba; Mestra em Enfermagem pelo Programa de Pós Graduação em Enfermagem da UFPB; Grupo de pesquisa: Cuidar em Enfermagem; E-mail para contato: danielmalopes@gmail.com

Josiane Rodrigues de Barros: Graduação em Nutrição pela Universidade Federal de Sergipe, UFS; Especialista em Epidemiologia Hospitalar pela Universidade Federal de Sergipe; Pós Graduada em Nutrição Clínica e Terapia Nutricional pela Universidade Estácio de Sá, UNESA; Mestrado em andamento no programa de Ciência e Tecnologia de Alimentos da Universidade Federal de Sergipe.

Juliana Oliveira Musse: Professor da Universidade na Universidade Tiradentes; Graduação em enfermagem pela Universidade Católica do Salvador; Mestrado em Saúde e ambiente pela Universidade Tiradentes; Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Saúde e Ambiente - Unit. Linhas de atuação: Saúde Pública e Enfermagem Forense.

Kamila Silva Câmara Vilar: Graduanda de Enfermagem da Faculdade Uninassau; E-mail para contato: kamilavilar1996@hotmail.com

Larissa Marina Santana Mendonça de Oliveira: Professora Substituta da Universidade Federal de Sergipe, campus profº Antônio Garcia Filho, Lagarto-SE. Graduação em Nutrição pela Universidade Federal de Sergipe (UFS); Pós-graduada em nutrição clínica e esportiva pelo Instituto de Pesquisa Ensino e Gestão em Saúde (IPGS); Mestranda no Programa de Pós Graduação em Ciências da Saúde (PPGCS) da Universidade Federal de Sergipe; Grupo de pesquisa: Estudos fisiopatológicos e clínicos dos fatores de risco cardiovascular; E-mail para contato: nutrilarissamarina@gmail.com

Larissa Monteiro Costa: Experiência na área de Nutrição Clínica e Atendimento Ambulatorial (HUFS), com ênfase em Análise Nutricional de População. Graduada em Nutrição na Universidade Federal de Sergipe (2013.2), tem especialização em Saúde do Adulto e do Idoso pelo Hospital Universitário de Sergipe (HU-UFS). Pós-graduada em Nutrição Clínica e Esportiva no Instituto de Pesquisa e Gestão em Saúde - IPGS e mestre do programa de Mestrado na linha Qualidade de Vida PPGEF da Universidade Federal de Sergipe (UFS). Atualmente preceptora do curso de Nutrição da *Faculdade Estácio* de Sergipe. Mestre em Educação Física - Universidade Federal de Sergipe, UFS, Brasil. Grupo de pesquisa: Funcionalidade Humana. E-mail para contato: larissa_monteiro@hotmail.com

Leandro Barbosa Maciel: Graduação em Educação Física licenciatura pela Universidade Tiradentes.

Maciele Da Cruz Tavares: Graduação em Nutrição pela Universidade Tiradentes; E-mail para contato:

maciele20@hotmail.com

Madson Rodrigo Silva Bezerra: Professor da Universidade Tiradentes de Sergipe. Graduação em Educação Física Bacharelado pela Universidade Tiradentes. Graduação em Educação Física Licenciatura pela Universidade Tiradentes. Especialista em Atividade Física Relacionada a Saúde pela Universidade Tiradentes. Mestrado em Educação Física pela Universidade Federal de Sergipe (UFS). Email para contato: Madsonrsb@gmail.com

Márcia Ferreira Cândido de Souza: Nutricionista clínica do Hospital Universitário de Sergipe (HU); Graduação em Nutrição pela Universidade Federal de Alagoas (UFAL); Pós graduada em Clínica e Terapêutica Nutricional pela Unidade de Ensino Superior Vale do Iguaçu (UNIGUAÇU); Pós graduada em Nutrição Humana e Saúde pela Universidade Federal de Lavras (UFLA); Mestrado em Ciências da Saúde pela Universidade Federal de Sergipe (UFS); Doutorado em Ciências da Saúde pela Universidade Federal de Sergipe (UFS); E-mail para contato: nutrimarciacandido@gmail.com

Márcio Chauã Silva: Graduação em Educação Física licenciatura pela Universidade Tiradentes.

Maryze Valéria Dantas Lima: Formada pela Universidade Federal de Sergipe (2016) pelo método de ensino PBL (Problem Based Learning). Fiz curso de personal diet pela NTR cursos. Pós-graduanda em nutrição esportiva e estética pelo instituto especializado em saúde. Durante a graduação fiz pesquisa avaliando os micronutrientes em mulheres com complicações gestacionais. Atuo na nutrição clínica há quase dois anos e há um ano desenvolvo atividades com a alimentação escolar de um município sergipano.

Maurício Rabello Silva: Graduado em Ciências da Computação pelo Centro Universitário do Triângulo Mineiro (UniTri). Especialista em Redes de Computadores pela Escola Superior Aberta (ESAB). Mestre em Engenharia Elétrica e Computação pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Doutorando em Engenharia Elétrica e Computação pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Pesquisador no Laboratório de Robótica e Sistemas Dedicados – LARS (UFRN), colaborador do projeto SPACEVANT II - Sistema Multi-VANTs para Varredura e Coleta de Dados em Áreas de Missões Espaciais. Contato: mauricio.silva@ifpb.edu.br ou mauricio@bsd.com.br.

Mônica Karoline Barreto Souza: Nutricionista com experiência na área de Nutrição Clínica. Residência Multiprofissional em Nutrição com ênfase na saúde do adulto e do idoso pelo Hospital Universitário da Universidade Federal de Sergipe (HU-UFS). Pós-graduada em Nutrição Clínica: Metabolismo, Prática e Terapia Nutricional pela Universidade Estácio de Sá. Graduação em Nutrição Bacharelado pela Universidade Federal de Sergipe. Curso online de Aperfeiçoamento em consultório de Nutrição pelo Instituto Ana Paula Pujol. Curso de Personal Diet pela NTR cursos.

Paulena Araújo Santana: Discente de graduação em Bacharelado em Engenharia Civil - IFPB. paulena.araujo@gmail.com

Rebeca Rocha de Almeida: Graduada em Nutrição pela Universidade Federal de Sergipe (2012.2), atua como Nutricionista da Equipe Multidisciplinar em Terapia Nutricional no Centro Especializado em Nutrição no município de Aracaju-SE, tem especialização em Saúde do Adulto e do Idoso pelo Hospital Universitário de Sergipe (HU-UFS), Pós-graduada em Nutrição Esportiva na Faculdade AVM e Mestrado e Doutoranda em Ciências da Saúde pela Universidade Federal de

Sergipe (UFS). Doutoranda em Ciências da Saúde - Universidade Federal de Sergipe, UFS, Brasil.
-Mestre em Ciências da Saúde - Universidade Federal de Sergipe, UFS, Brasil. E-mail para contato: rebeca_nut@hotmail.com

Robson de Arruda dos Santos: Professor do IFPB – Campus Cajazeiras.

Rodolfo De Jesus Filho: Graduação em Nutrição pela Universidade Tiradentes; E-mail para contato: rodolfo_se53@hotmail.com

Rosiele Moraes da Silva: Graduanda de Licenciatura em Letras (Habilitação em Língua Portuguesa) na Universidade Federal do Pará – UFPA; Técnico em Informática pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Estado do Pará - IFPA Campus Breves; Email: rosielemoraes2703@gmail.com;

Shirley Antas de Lima: Professora da Faculdade Uninassau; Graduação em Administração Hospitalar – IESP Faculdade; Graduação em Enfermagem pela UNIPE; Mestrado pela Sociedade Brasileira de Terapia Intensiva; Grupo de pesquisa Cuidado em enfermagem; E-mail para contato: shirleylima34@gmail.com

Suellen de Melo Dantas: Nutricionista Clínica graduada em Nutrição Bacharelado pela Universidade Federal de Sergipe (UFS). Residência Multiprofissional em Nutrição com ênfase na saúde do adulto e do idoso pelo Hospital Universitário da Universidade Federal de Sergipe (HU-UFS). Pós-graduanda em Fitoterapia e Suplementação Esportiva e Clínica (Estácio).

Thaynara Priscila Dos Santos: Graduação em Nutrição pela Universidade Tiradentes; E-mail para contato: priscilathau@gmail.com

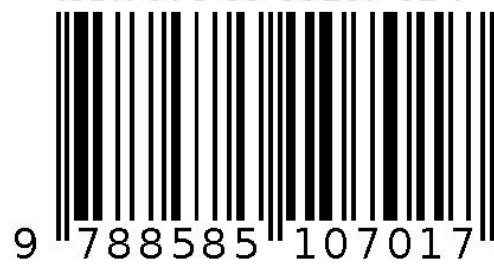
Tiago Rodrigo Alves Nunes: Graduação em Educação Física pelo Centro Universitário de Rio Preto (UNIRP); Especialista em Recreação e Lazer pela Faculdade Metropolitanas Unidas (FMU); Membro do GEL – Grupo de Estudos do Lazer - Universidade Estadual de Maringá (UEM); E-mail: tiagoralvesnunes@hotmail.com

Ticiane Clair Remacre Munareto Lima: Professora Substituta da Universidade Federal de Sergipe, campus profº Antônio Garcia Filho, Lagarto-SE. Graduação em Nutrição pela Universidade Federal de Sergipe (UFS); Pós-graduada em nutrição clínica e esportiva pelo Instituto de Pesquisa Ensino e Gestão em Saúde (IPGS); Mestranda no Programa de Pós Graduação em Ciências da Saúde (PPGCS) da Universidade Federal de Sergipe; Grupo de pesquisa: Estudos fisiopatológicos e clínicos dos fatores de risco cardiovascular; E-mail para contato: ticiane.nutricionista@gmail.com

Victor André Pinho de Oliveira: Professor do Instituto Federal da Paraíba (IFPB).

Agência Brasileira do ISBN

ISBN 978-85-85107-01-7



9 788585 107017